

A Transposição do São Francisco e os descaminhos do STF

Ao longo desses anos, na trajetória da luta popular contra a transposição do rio São Francisco, divulgou-se muito a respeito de todas as ilegalidades e inconstitucionalidades presentes no projeto: não consulta aos povos atingidos; falta de audiências públicas; lacunas nos estudos de impacto ambiental; violação do direito de comunidades tradicionais e indígenas; gasto exagerado de dinheiro público; ofensa ao meio ambiente; desvio de finalidade no uso das águas; desrespeito às decisões do Comitê da Bacia do São Francisco, entre outros. A questão mais grave: a total falta de legitimidade popular do projeto frente às inúmeras manifestações contrárias dos povos ribeirinhos e organizações populares do semi-árido brasileiro. Esse ponto, ao lado de toda ausência de discussão e informação, fere de morte o próprio sistema republicano brasileiro (centrado na idéia de soberania popular) e princípios elementares de um Estado que se quer democrático.

Diante da violação de direitos praticada pela Presidência da República, o Judiciário foi provocado para barrar o projeto. Diversas ações judiciais foram ajuizadas por integrantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais e Ministérios Públicos federal e estaduais. Pelas ilegalidades flagradas, ordens liminares de suspensão foram concedidas por alguns juizes federais nos estados da Bacia.

Em dezembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal juntou todos os processos contra a transposição para julgá-los conjuntamente e, em caráter provisório, revogou as liminares existentes, autorizando a continuidade do Projeto. Um destaque: os 11 ministros do STF são nomeados pelo Presidente; na atual composição, 07 foram indicados por Lula, permitindo a hegemonia dos interesses palacianos na Corte constitucional do país. Não é de se estranhar, portanto, que muitas decisões acabem por refletir interesses e composições político-partidárias. Exemplo maior disso foi a nomeação do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito para ocupar a vaga do ex-ministro Sepúlveda Pertence, tornando-se relator dos processos contra a transposição. O Ministro foi filiado ao PMDB, mesmo partido do Geddel Vieira Lima, parece ter vindo com posição definida e tem uma trajetória pouca afeita ao debate de questões constitucionais e de interesse público, pouco recomendável, pois, para atuar no STF.

Foi apenas quando se viu acuado pela pressão popular, pressionado por um momento delicado de impasse na luta - a greve de fome de 23 dias do Bispo de Barra - e pela presença de vários manifestantes na Praça dos Três Poderes que o Supremo Tribunal Federal, passados 02 anos, pautou a transposição para julgamento no dia 19 de dezembro de 2007.

Naquele dia, dos 11 ministros do STF, somente 09 se fizeram presentes para julgar tão importante questão. Dois recursos para suspender a transposição foram colocados para julgamento: um das organizações da sociedade civil e outro do Ministério Público Federal. Tratava-se então de apreciar o pedido liminar, mas ainda não seria o julgamento definitivo das ações.

Com algumas discordâncias entre uns e outros Ministros, e sob os olhares atentos dos 30 manifestantes ribeirinhos autorizados a entrar para assistir a sessão, a posição foi se definindo:

1) Primeiro, o STF não conheceu em nada dos argumentos levantados pelas organizações da sociedade civil porque julgou que as mesmas não tinham legitimidade para questionar o Projeto; só quem poderia fazê-lo eram os estados ou entidades federativas;

segundo o Ministro Menezes Direito, ele não chegou a ler (pasmem!) os estatutos das associações que se encontravam no processo, mas só pelo nome das instituições envolvidas se percebia que não tinham a defesa do meio ambiente como um dos seus propósitos. Foi apoiado por mais 04 ministros e por, 05 votos a 04, o recurso da sociedade foi extinto sem merecer apreciação de uma folha sequer do que foi alegado. Todos os impactos sociais e ambientais da transposição – que é interesse de todos discutir – foram desconsiderados, e o projeto foi reduzido a uma questão de mero conflito entre estados.

2) Segundo momento: julgamento do recurso do Ministério Público Federal que também pedia suspensão do Projeto de Transposição. Começam os debates e as idéias que prevalecem por 06 votos a 03:

- O perigo na demora do julgamento existe para o poder público, que já investiu muito dinheiro na obra e não pode perdê-lo; não há mais como voltar atrás (*não perder dinheiro é mais importante do que prevenir grandes desastres ambientais e arruinar milhões de vidas de ribeirinhos*);

- As informações prestadas pelo Ibama no Recurso atestam que todas as medidas determinadas foram atendidas (*ou seja, a afirmação do Ibama – órgão interessado no Projeto e cujo Presidente está sendo processado criminalmente e por improbidade pelo Ministério Público Federal - foi tomada como verdade absoluta pelo STF*);

- A realização das audiências e consultas públicas não é imprescindível à continuidade do Projeto (*menosprezo do judiciário com os instrumentos mais legítimos de participação popular e concretização da democracia, que são exigidos inclusive na lei*);

- A transposição atende ao interesse público no desenvolvimento econômico do país, só encontrando oposição de ambientalistas ortodoxos (*o STF coloca como interesses excludentes, aqueles que devem ser harmonizados; toda a legislação ordena que o desenvolvimento econômico deve ser compatibilizado com interesse público na defesa do meio ambiente*);

- O Congresso Nacional / CN não precisa dar autorização porque os indígenas vão ser beneficiados, vai se levar água para suas terras e não retirá-las; as obras não atingem terras indígenas (*a exigência constitucional fala que qualquer aproveitamento hídrico em terra indígena deve ter autorização do CN; ademais, o ponto de tomada de água é na área indígena do povo truká; várias outras terras indígenas, reivindicadas pelos povos há anos e em processo de demarcação pela Funai, também serão atingidas*);

- Trata-se de uma decisão política de governo na qual o judiciário não pode interferir (*quando o governo fere direitos, o judiciário deve se pronunciar, para isso que existe a separação harmônica entre os poderes*);

- As condicionantes e falhas nos estudos de impacto ambiental podem ser atendidas em qualquer tempo até a finalização do licenciamento (*distorção total da função do licenciamento ambiental e substituição do princípio legal da precaução ambiental pelo método da “tentativa e erro” com o meio ambiente*).

Por todos os absurdos motivos acima, o STF, através de voto da maioria dos Ministros, autorizou a continuidade das obras da transposição, passando por cima da Constituição Federal (e o STF é conhecido como Guardião da Constituição!) e, repetindo palavras do próprio ministro Marco Aurélio de Melo durante a sessão, rasgando a Lei de Ação Civil Pública que garante o direito das associações pleitearem na justiça a defesa do meio ambiente.

No STF, outros processos relativos à transposição existem e, lá na frente, devem ser julgados definitivamente. Ainda há ações civis públicas de autoria do Ministério Público e ações populares ajuizadas por ribeirinhos da Bacia do São Francisco para serem apreciadas. Para essas, ficam algumas questões: serão julgadas em tempo de reverter o projeto? Poderão os Ministros mudar de opinião? A questão ainda não se encerrou (nem se encerra) no judiciário, mas, diante das posições tomadas no último julgamento, ali ainda resiste alguma possibilidade de justiça? Como as organizações da sociedade civil já foram consideradas sem legitimidade para questionar no STF, caberia a elas recorrer a instâncias de cortes internacionais? Por onde e como caminhar nos estreitos limites do sistema?

Da experiência, a conclusão: o julgamento do STF retira as máscaras do Poder Judiciário, demonstra sua postura subserviente e sua conivência com a política desenvolvimentista e predatória do governo federal. A indiferença com os direitos dos ribeirinhos, indígenas e de toda população do semi-árido demonstra a distância entre o texto constitucional e sua aplicação. Para além dos direitos, está o poder da elite política e econômica, desmanchando no ar a ilusão do Estado Democrático de Direito e revelando a real face de um Estado demagógico e autoritário.

A falência das instituições não significará a derrota da luta popular nem da justiça. O povo forte do São Francisco há de construí-la com suas próprias mãos, empunhando carrancas e bebendo da força simbólica das águas do Opará – morada de Oxum, dos Encantados, do Nego d'Água – que hão de espantar a maleita da transposição!

AATR/Ba - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – entidade integrante do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco